

“da luta eu não fujo”

(Margarida Maria Alves)

Segundo o relatório “Ataques letais, mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem os direitos humanos”, realizado pela Anistia Internacional, 58 defensores de direitos humanos foram mortos entre janeiro e agosto de 2017 no Brasil, a maioria envolvida em questões ligadas ao meio ambiente e à disputa da terra. Já são cerca de 3.500 defensores mortos em todo o mundo desde 1998.

Em 2017, o Ministério dos Direitos Humanos divulgou a íntegra do relatório que o Brasil apresentou ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento cita profissionais de comunicação, líderes rurais, indígenas, quilombolas e ambientalistas como as principais vítimas de violações no país.

A internet também tornou-se um espaço para

ataques e desmoralização de qualquer pessoa que levante a voz contra arbitrariedades e violências, sejam institucionais ou pessoais. Os trolls (comentários anônimos ofensivos) diariamente divulgam



informações falsas sobre esses profissionais no intuito de descredibilizar sua atuação. Em todo o mundo empresas são obrigadas a revelar chaves de criptografia e a decifrar comunicações pessoais on-line

para as autoridades em um grave caso de desrespeito ao direito a privacidade.

Dentro desse contexto, Defensores dos Direitos Humanos tem sido vistos por uma parcela da população como defensores somente de criminosos, numa tentativa de desvalorizar suas ações em outras áreas além da penal, seja por falta de informação ou simplesmente má fé.

Neste cenário, a atividade de defesa das parcelas menos favorecidas da sociedade e garantia do acesso a seus direitos se torna uma prática de risco iminente. Contudo, nesses tempos é preciso resistir ainda mais.

Como apontava a filósofa alemã Hanna Arendt na sua clássica fala: “A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos”, e isso é algo que vale a pena lutar.

Editorial

Atuar politicamente, e aqui falamos além da lógica partidária, sempre foi ao longo da história brasileira um grande desafio.

O b s t á c u l o s, mobilizações, aprendizado e união são algumas das palavras daqueles que escolhem seguir esse caminho encontram todo dia. A Fundação Margarida Alves busca auxiliar nessa caminhada, principalmente, com a formação jurídica popular.

Prestes a completar vinte e quatro anos, iniciamos uma etapa ímpar para nossa história ao realizar a sistematização da metodologia de nosso Curso de Formação de Juristas Populares e fazemos nosso primeiro Curso de Advocacy, metodologia que busca auxiliar os Juristas Populares em suas atividades de incidência política.

Seguimos lutando em meio aos desafios, siga conosco também!

Nota de Pesar

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves lamenta o falecimento da Vereadora, pelo município do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL) nesta quarta-feira, 14, vítima de um atentado a tiros no bairro do Estácio, região central da cidade, quando voltava de um evento político. Além da vereadora, o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu.

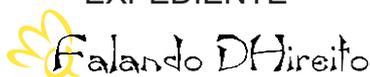
Forte representante da luta contra os excessos policiais, principalmente, e em comunidades periféricas cariocas, Marielle foi a quinta vereadora mais votada do Rio nas eleições de 2016, era socióloga formada pela PUC-Rio e Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brazil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).



Solidarizamos-nos com sua família nesse momento de tristeza e esperamos que seja realizada extensa e rigorosa investigação do assassinato e que não fique impune esse bárbaro atentado aos direitos humanos e a resistência frente as forças opressoras que buscam se impor perante nossa sociedade.

Desejamos forças a família, amigos, eleitores e simpatizantes de suas causas, que ela descanse em paz!

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Fundação Margarida Maria Alves realiza ação cultural em homenagem ao mês das mulheres



Com o objetivo de valorizar a luta feminina por seus direitos e respeito na sociedade, a Fundação Margarida Maria Alves realizou em Março uma atividade cultural com declamações de poesia e roda de diálogo sobre o tema.

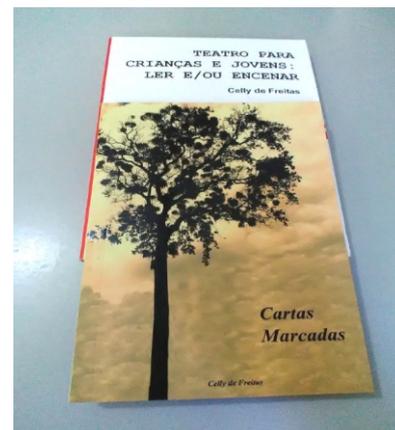
A ação teve como convidada Celly de Freitas, atriz, diretora, teatróloga com dois livros publicados, nove peças de teatro para público infantil e adolescente e a primeira mulher paraibana a escrever uma peça da Paixão de Cristo de João Pessoa com o trabalho “Jesus, uma paixão”, história contada por três lavadeiras.

Celly falou sobre a força das mulheres na sua família como sua avó, abandonada pelo marido e tendo que criar quatro filhos costurando para fora, e sua mãe que ainda adolescente dava aulas de reforço para ajudar nas contas da casa e

de seus estudos. “Pra mim, é um exemplo de vida essas duas mulheres que conseguiram sobreviver de um abandono”, explica.

Formada como técnica de laboratório e em Educação Artística, encerrou recentemente o bacharelado em Teatro, além da especialização em representação teatral na UFPB, e mestrado em Artes na área de Teatro para professores que estão atuando na área.

Ela aponta que o gosto pelo teatro começou nas encenações da Paixão de Cristo na escola. “Como estudava em colégio católico todo ano era produzida a encenação da Semana Santa e como era uma escola só de meninas todos os papéis eram feitos por mulheres. Eu era muito magra e com cabelo grande, então me escolheram por quatro anos para ser Jesus Cristo. Ainda criança eu lia as histórias de chapeuzinho vermelho, branca de neve e fazia um teatrozinho



Livros publicados por Celly de Freitas

com os amigos de rua, pegava as histórias narradas e transformava em cenas”.

Além dela, participaram da noite a atriz Thaise Lima e a integrante do Grupo Praiaços, Norma Conceição, ambas declamando os poemas do livro Cartas Marcadas: Amasso no portão; Um dia nublado; Eu e Domingo.

Incidência política é foco de Curso de Advocacy promovido pela Fundação Margarida Alves



Turma do Curso de Advocacy composta por Juristas Populares de diversos lugares da Paraíba

O termo Advocacy tem ganhado bastante notoriedade por propor uma metodologia que vá além de uma busca por discussão, formulação ou implementação de políticas públicas realmente necessárias à população.

Ele também se preocupa em fortalecer a democratização da própria sociedade ao ampliar a participação e representatividade de grupos muitas vezes excluídos dos processos políticos decisórios, assegurando que os direitos desses indivíduos sejam garantidos.

Pensando na importância da prática, a Fundação Margarida Maria Alves organizou seu primeiro Curso de Advocacy com foco nos Juristas Populares que a

entidade formou ao longo de quinze turmas do Curso de Formação de Juristas Populares.

De acordo com Marcelo, “ao longo do tempo diversas organizações enviaram representantes para nosso curso de Juristas Populares, a partir de um levantamento de todas elas pudemos ter um panorama de quantos cursistas terminaram, quais entidades participaram e quais áreas temáticas e geográficas elas abrangem. Foi então que achamos que já era tempo de aprofundar esse conhecimento em algo que de uma forma ou outra eles já realizavam, a ideia é que após o curso saiam ainda mais capacitados e sabendo fazer de forma ainda melhor suas ações”.

Ele destaca que o

processo de seleção foi feito em reuniões da equipe: “fomos vendo quais organizações achávamos mais interessantes para estarem no Curso, pensando sempre que ele tem como ideal promover ações diretas de incidência política nos campos de atuações dos/as Juristas Populares. A partir desse olhar, as convidamos e ficamos felizes de termos tido um bom retorno delas”.

Para compor os novos cursistas foi feita uma seleção pela entidade entre os mais de 350 Juristas Populares formados. Após a análise, foram convidados/as Juristas de acordo com as organizações que representavam, resultando

em um total de 25 cursistas escolhidos.

O Curso tem a parceria na facilitação do conteúdo da equipe da United Purpose, antiga Concern Universal, e seu primeiro módulo contou com uma dinâmica de apresentação, uma análise de conjuntura nacional, local, das entidades e comunidades que os Juristas representavam, seguida de uma apresentação e discussão.

Já o segundo módulo trabalhou com o primeiro passo dos **10 Passos para a Cidadania**, metodologia proposta pelos facilitadores. Os cursistas se organizaram em grupos para uma identificação do problema principal entre suas demandas, após uma apresentação e debate construíram o instrumento conhecido como “Árvore do Problema”, pontuando as causas e efeitos ligados ao problema escolhido.

Os passos seguintes a serem trabalhados nos próximos encontros serão: desenvolvimento dos objetivos; análise da situação; análise da capacidade interna; finalização dos objetivos; elaboração do Plano; implementação do Plano; monitoramento e avaliação e, por fim, revisão do Plano.

Segundo Ronildo Monteiro, um dos facilitadores, “o Curso promoverá a preparação de lideranças de organizações e movimentos sociais, Juristas Populares acompanhados pela FDDHMMA, para a incidência política, com a perspectiva de colaborar com a reivindicação de direitos sociais e implementação de políticas



públicas. Esta metodologia foi elaborada pela Concern Universal, organização internacional, que está alterando a identidade para United Purpose (UP) e, representada atualmente em 14 países".

No Brasil, a metodologia é certificada enquanto tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil desde 2011 como uma referência em uma trajetória de elaboração estratégica de processos reivindicatórios baseados prioritariamente no diálogo, na arguição legal, considerando o contexto em que vivem as populações que tem na maioria

das vezes seus direitos negados.

O Curso seguirá com suas atividades até o mês de Junho, quando acontecerá um encontro de avaliação e encaminhamento para as possíveis incidências políticas a serem realizadas pelos cursistas. Dessas, uma será acompanhada pela Fundação Margarida Alves.

Para mais informações sobre a metodologia e a atuação da United Purpose no Brasil: concernuniversal@yahoo.com.br

Curso de Formação de Juristas Populares ganha sistematização de sua metodologia

Com 15 turmas e quase vinte anos, o Curso de Formação de Juristas Populares realizado pela Fundação Margarida Maria Alves ganhará ainda esse ano uma publicação escrita contando sua história. A ação é resultado de um processo de sistematização da metodologia do Curso que vem sendo realizado desde setembro de 2017.

Segundo Vera Rodrigues, Mestre em Antropologia, "Com a sistematização da experiência do curso de Juristas Populares, busca-se promover a sociabilização da metodologia adotada para ser replicada por outras organizações".

Ela destaca que inicialmente reuniu os materiais que estavam disponíveis na Fundação como convites de formatura, listas de presença, fotografias, assim como materiais on-line de redes sociais da entidade e informativos já feitos ao longo desses anos.

"Com o resgate desse material pude levantar a relação de todos os/as Juristas Populares, desde a primeira até a décima quinta turma e sobre os encontros regionais e nacionais promovidos pela Fundação", aponta.

Os critérios escolhidos para esse processo levaram em conta se o Curso interferiu, e como interferiu, nos grupos, comunidades e na vida dos/as Juristas Populares. "Nos interessa perceber como o



Vera Rodrigues entrevista Odete Lima, Jurista Popular

curso influenciou a trajetória de luta social dessas pessoas. Indo, então, além de uma reconstrução histórica, de resultados, mas também um resgate das histórias de atuação das pessoas ao longo do tempo, produzindo um perfil dos Juristas Populares e suas vinculações nos movimentos/grupos/sindicatos no período em que fizeram o curso e atualmente", explica.

Pelo número alto de Juristas Populares, quase 400, considerou-se inviável desenvolver entrevistas individuais para coletar essas informações, portanto, serão realizadas reuniões com grupos focais e algumas específicas de casos que podem servir como exemplificadores dos resultados alcançados pelo curso.

De acordo com Vera, para incluir aqueles que estão morando fora da Paraíba tem sido utilizadas as redes sociais para fazer contato e enviar um roteiro com as informações necessárias à pesquisa. É solicitado deles que escrevam

um texto de modo que sejam também colaboradores da pesquisa.

"Sou muito grata pelo convite porque é muito interessante pensar uma ação da Fundação a qual eu ajudei a construir. Estava trabalhando na Fundação em 1999 e participei ativamente da elaboração da proposta de criação do curso e da implantação e acompanhamento da primeira turma. É desafiador pensar a pesquisa e elaborar ao seu final uma publicação que possa mostrar a beleza desse trabalho, mas também os desafios que foram sendo enfrentados até agora. Ao final é o trabalho coletivo realizado pelas equipes da Fundação, em suas diversas composições ao longo do tempo, que deverá estar retratada nessa publicação".